

ASPECTOS DA RURALIDADE: A PERMANÊNCIA E O NOVO RURAL NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO-SP

Bianca Caroline BORTOLIN¹

Beatriz Aggio MURBACH²

Wilyan Rodrigo LUCIANO³

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apontar fatores determinantes para a presença do agricultor familiar no campo para além da produção agrícola apenas. A expansão dos limites das áreas urbanas sobre as áreas consideradas rurais, a pressão sobre as práticas de conservação dos recursos hídricos e as atividades agrícolas que não sejam a produção de uma monocultura em larga escala são as esferas trabalhadas neste texto. Buscamos investigar a origem de cada uma delas e explicar por quais caminhos o periurbano, as feiras livres e o pagamento por serviços ambientais se encontram e como podem ser possibilidades de permanência do agricultor familiar no campo.

Palavras-chave: Multifuncionalidade. Agricultura familiar. Periurbano. Feiras livres. Pagamento por serviços ambientais.

Abstract

Aspects of Rurality: the permanence and the new rural in Rio Claro-SP

The objective of this article is to identify factors that determine the presence of the family farmer in the field, besides the agricultural production only. Expansion of the boundaries of urban areas over rural areas, pressure over the preservation practices over the water resources and agricultural activities other than the production of a large-scale monoculture are the spheres worked on in this text. Seeking to investigate the origin of each one of them and to explain the ways in which the periurban, the free markets and the payment for environmental services are found and how they can be possibilities of permanence of the family farmer in the field.

Key words: Multifunctionality. Family farmer. Periurban. Free market. Payment for environmental services.

¹ Bolsista PIBIC/CNPq, Acadêmica do curso de Geografia, UNESP, Campus de Rio Claro.
E-mail: biabortolin@gmail.com

² Bolsista PIBIC/CNPq, Acadêmica do curso de Geografia, UNESP, Campus de Rio Claro.
E-mail: beatriz.murbach@live.com

³ Bolsista PET/Geografia, Acadêmico do curso de Geografia, UNESP, Campus Rio Claro.
Email:wilyanrodrigo@yahoo.com

INTRODUÇÃO

O modo como o pequeno produtor rural vive nos permite a análise não somente das atividades voltadas à esfera econômica, mas também outros aspectos que existem e acontecem em conjunto e simultaneamente nessas pequenas propriedades rurais. O viés multifuncional busca a compreensão total da dinâmica que ocorre nesse espaço, permitindo a percepção de outras funções que a pequena propriedade e a agricultura familiar podem exercer. Essas outras funções podem ser, segundo Maluf (2003):

[...] reprodução socioeconômica das famílias rurais; promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade; manutenção do tecido cultural e social; preservação dos recursos naturais e da paisagem rural. (MALUF, 2003, p. 136)

Portanto, para que a pequena propriedade, junto à mão de obra familiar, seja compreendida por completo, todas as esferas em que está envolvida devem ser analisadas e somadas à interpretação da paisagem e de suas funções. Essa proposta surge para minimizar a convencional caracterização da área rural como o espaço atrasado tecnologicamente, estagnado socialmente, ou ainda com uma cultura baseada em valores morais hoje já refutados, entre outras classificações que diminuem a importância do rural na composição e participação da vida municipal. Em Wanderley (2001) é possível encontrar essa relação diferente entre campo e cidade, principalmente nas pequenas cidades, que pela forte urbanização como orientação da política nacional, se afastaram do rural familiar e este acabou se tornando pouco participativo nos núcleos urbanos da região em que se insere e tão pouco atrativa ao capital.

O município de Rio Claro foi escolhido como área de estudo deste trabalho pois possui características que o classificam como cidade média. Possui em seu histórico aspectos fortes da ruralidade em sua formação, como a presença da produção cafeeira e de cana de açúcar da região, onde a ferrovia foi o pilar de desenvolvimento do município. O artigo se valerá da união de três trabalhos em desenvolvimento no Núcleo de Estudos Agrários, que possuem como características comuns: área de estudo, agricultura familiar e multifuncionalidade do espaço rural.

As seções do presente artigo serão direcionadas por cada um destes três estudos. Ao final, construiremos uma reflexão sobre a diversidade do espaço rural no município (sociais, políticos, econômicos e ambientais). O primeiro estudo apresenta um número abrangente de produtores rurais que estão inseridos na comercialização de produtos alimentícios através da Feira do Produtor Rural que acontece em Rio Claro. O segundo trata da nova caracterização do espaço, que retrata os aspectos multifuncionais da pequena propriedade e o processo urbano-industrial que incide em uma parte do município. O terceiro estudo mostra as novas funções que a propriedade rural pode ter para além da produção agrícola, apresentando a importância da permanência do produtor rural na propriedade para a conservação e manutenção dos recursos hídricos.

A FEIRA DO PRODUTOR RURAL "FEIRA CORUJÃO"

O reconhecimento do potencial multifuncional das propriedades rurais familiares é o primeiro passo para planejar e realizar o desenvolvimento municipal quer pela

ação individual ou comunitária. O objetivo da gestão de um determinado espaço está relacionado com as estratégias de desenvolvimento do mesmo, e, para tanto, a agricultura familiar exprime organizações espaciais que definem parâmetros para esse desenvolvimento, com sua inserção no mercado através de formas convencionais e alternativas. O objetivo aqui será avaliar a importância da feira, também conhecida como “Feira Corujão”, para os produtores rurais/feirantes e para os consumidores/frequentedores da mesma.

No desenvolvimento da pesquisa tornou-se relevante à identificação e entendimento das estratégias de manutenção de pequenas propriedades, trabalhadas com mão de obra familiar que se encontravam desarticuladas social e economicamente. Através da formação de uma associação, e depois da sua transformação em cooperativa, as ações dos gestores públicos locais levaram à inserção desses produtores familiares cooperados ao mercado, seja ele institucional (Programa de Aquisição de Alimentos, PAA; e Programa Nacional de Alimentação Escolar, PNAE) ou de venda direta aos consumidores.

A Feira mostra a importância da sua realização como forma de identidade e resistência comercial, pautadas na relação direta entre o produtor e o consumidor, já que não há intermediários no processo de comercialização, o que contribui para o fortalecimento e a organização do pequeno agricultor familiar pela busca da sua manutenção no campo e para que os consumidores busquem produtos de qualidade com preços acessíveis, permitindo, assim, o desenvolvimento rural local.

A Feira do produtor rural, “Feira Corujão”, foi criada em 2012 em ação conjunta da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Silvicultura com a Associação dos Produtores Familiares de Rio Claro. A iniciativa contou com a participação de 40 agricultores, além de agricultores dos municípios vizinhos que comercializam os seus produtos, contando com apoio por parte de órgãos públicos.

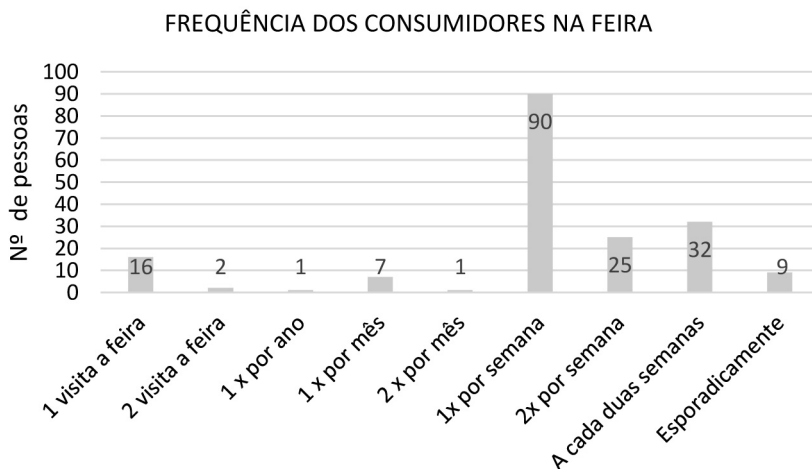


Figura 1 – Frequência dos consumidores na feira

Fonte: Trabalho de campo (2016)

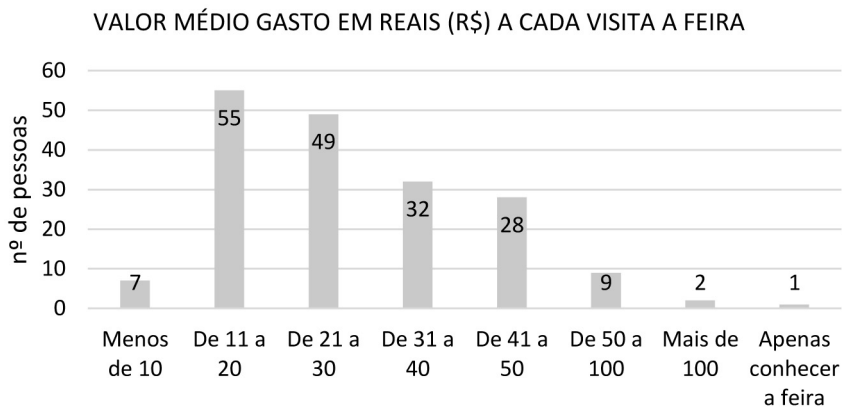


Figura 2 – Valor médio gasto em reais (R\$) a cada visita a feira

Fonte: Trabalho de campo (2016)

Os dados da pesquisa foram obtidos com a aplicação de questionários durante a realização da feira juntamente aos produtores/feirantes e os consumidores, na qual, através das análises das informações coletadas, constatou-se que o movimento na Feira Corujão a cada edição é mais intenso, tornando-se referência. São centenas de consumidores que buscam alimentos frescos e com preços diversos. Isso permite que o consumidor reconheça a importância do pequeno produtor, valorizando os produtos oriundos da agricultura familiar, fortalecendo-o e incentivando-o a investir na diversificação de suas atividades rurais, além de ser um estímulo às redes de circuitos curtos de comercialização, que priorizam a aproximação entre o produtor e o consumidor, criando processos territoriais de proximidade, garantindo, com isso, novas estratégias de desenvolvimento local.

Podemos destacar a forma de organização vinda por parte desses pequenos agricultores na busca pela sua manutenção na área rural, e como uma ação em conjunto possibilitou a criação e consolidação de um espaço no meio urbano, como é caso da Feira Corujão. Diante do exposto, depreende-se haver a necessidade de construir com os pequenos agricultores estratégias que levem à superação das dificuldades da comercialização. A oportunidade de se organizarem localmente e de encontrarem novas formas de mobilização e valorização dos seus recursos desencadeará novas vias de revitalização social e econômica.

Sendo assim, algumas questões podem aguçar o debate entre o mundo acadêmico, o poder público e os agricultores: como atuam os agentes dominantes face às novas dinâmicas? Qual o potencial dessas dinâmicas no estímulo às inovações e mudanças no sistema alimentar? Qual modelo de governança e os papéis exigidos do Estado, mercado e sociedade civil?

A produção agrícola possui correspondência no espaço, dessa maneira refletir sobre esse aspecto na atualidade é importante forma de compreensão das novas dimensões e atuações do rural. O espaço Periurbano passa a ser discutido como interface entre o urbano e o rural e seus reflexos serão analisados na próxima seção.

O ESTUDO DO ESPAÇO PERIURBANO NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO

Avaliação do espaço rural de um município e sua dinâmica permite uma compreensão melhor do mesmo e das relações humanas que ali se estabelecem. Uma das vertentes de estudo do Novo Rural é o espaço que compreende a transição entre a cidade e o campo, que é designado Periurbano. O conceito de Periurbano parte da superação da dualidade campo e cidade. É possível observá-la em um texto escrito por Sorokin, Zimmerman e Galpin (1981), intitulado "Diferenças Fundamentais entre o mundo rural e o urbano". Nele a análise feita corresponde à década de 1930 nos Estados Unidos, na qual foi explorada e confrontada essa dualidade. O lugar do rural, próximo à natureza, e o urbano, artificial e isolado; era dessa maneira a descrição da situação entre as realidades, devido a sua coesão interna "quanto mais primitiva é uma sociedade, mais homogênea é a vida econômica dentro de um grupo". (SOROKIN; ZIMMERMAN; GALPIN, 1981, p.206)

A configuração, no entanto, passa por significativas mudanças devido à Revolução Verde, a qual tinha como proposta promover o abastecimento alimentar com a adoção, por exemplo, de insumos químicos e utilização de maquinários, que representaram a modernização no campo na década de 1950. Esse processo atingiu de forma desigual os produtores, sendo excludente aos que não possuíam capital, tendo como um dos resultados o êxodo rural. A crise agrícola de 1980 é discutida por Otavio Valentim Balsadi, no texto "*Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável*", apresentando um cenário internacional de queda no preço das *commodities*, endividamento dos agricultores, em função entre outros fatores do "modelo hegemônico de produção-consumo norte-americano", com mecanização, substituição de mão obra, especialização das tarefas do processo produtivo, revolução tecnológica de insumos agrícolas e refletindo na criação de animais. Nesse cenário a cidade passar ser exaltada como lugar de oportunidades de melhores condições de vida, emprego e educação. No Brasil, o espaço rural foi influenciado pela carga ideológica da Revolução Verde, concomitantemente com o processo de industrialização promovido pela Ditadura Militar que estava no poder. A recente industrialização no país e o êxodo rural promoveram um inchaço que contribuíram para graves problemas sociais.

Balsadi (1980) expõe as novas mobilidades de atividades não agrícolas como comércio, indústria, turismo, prestação de serviços e preservação ambiental; com atividades agrícolas intensivas como oleicultura, fruticultura, piscicultura, dentre outras presentes em espaços como o por nós estudado.

Estas novas atividades respondem crescentemente pela nova dinâmica do emprego no meio rural. Estes indicadores atestam a urbanização, ou seja, a incorporação de valores e hábitos urbanos e a consequente alteração do conteúdo sócio econômico e cultural do espaço rural. (CORREA; CORREA; GERARDI, 2001, p. 46)

O entendimento da dimensão do rural e o urbano vale-se do termo *continuum*, que remete a níveis graduais, onde convivem de maneira dependente.

[...] Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um "continuum" do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária. (SILVA 2012, p.43)

Novas relações estão se estabelecendo no campo. A multifuncionalidade reflete parâmetros adotados para garantir permanência e segurança das populações rurais no campo; as funções da pequena propriedade permeiam de aspectos econômicos à culturais. O Espaço Periurbano passa a ser uma categoria de análise da geografia (VALE, 2009) a ser utilizada, que permite uma compreensão das relações que se estabelecem pela dinâmica da multifuncionalidade das propriedades em conjunto com as áreas industriais e de lazer dos cidadãos.

O modo de vida rural tradicional e a forma como as pessoas se relacionam com o espaço, tendem a se adequar cada vez mais ao modo de vida urbano, especialmente sobre a influência do consumo, que caminha cada vez mais no sentido da generalização, seja no campo, seja na cidade. Trata-se do mundo do consumo. (VALE, 2005, p.25)

A área de estudo utilizada para observar aspectos dessa categoria de análise está inserida na porção norte do município, face ao distrito industrial, com sentido ao distrito de Ajapi, que dista aproximadamente 15 km do centro da cidade. O recorte espacial fora realizado devido à existência de um ramal da ferrovia pertencente à Companhia de Estrada de Ferro de Rio Claro, que interligava importantes fazendas produtoras de café e assim permitia o escoamento de produção do início do século XX. As grandes propriedades passam a ser divididas em menores áreas no período pós-crise do café. Antigos colonos e imigrantes, algumas dessas famílias ainda mantiveram a posse da terra.

As figuras 3 e 4 demonstram o processo de mudanças no uso do solo na área estudada. Como resultado desse processo se tem dois mapas distintos, o primeiro apresenta características da área do ano de 2010, e o posterior, de 2016.

Os resultados alcançados, partindo da análise do material levantado, permitiram inferir que de residências à indústrias, de atividades agrícolas ao turismo e lazer, há uma tendência de mudança do caráter produtivo da área para o uso serviços. O ponto atual da discussão é compreender todas as dimensões e processos que poderão corroborar com caracterização de Periurbano e seus desdobramentos sociais e físicos no espaço.

A área por nós estudada como típico espaço de conjunção entre o campo e a cidade também apresenta características ambientais e históricas importantes para o município. No contexto da multifuncionalidade muitas propriedades da área, e de outras do município podem exercer função ambiental, sendo mais um fator de mudança na ocupação nesta área. Partindo disso, a próxima seção discorrerá sobre a possível alternativa de renda complementar ao pequeno produtor e que, ao mesmo tempo, possibilita a conservação dos recursos hídricos municipais.

Uso da margem: Estrada Nicolau Marotti - Rio Claro SP (2010)

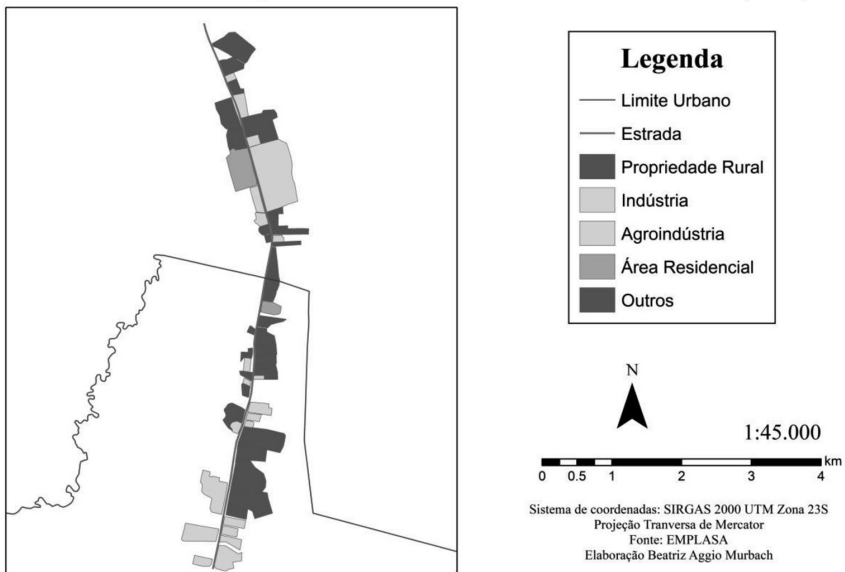


Figura 3 – Uso da Margem: estrada Nicolau Marotti de Rio Claro (2010)
 Elaboração: MURBACH, B. A. 2017

Uso da margem: Estrada Nicolau Marotti - Rio Claro SP (2016)

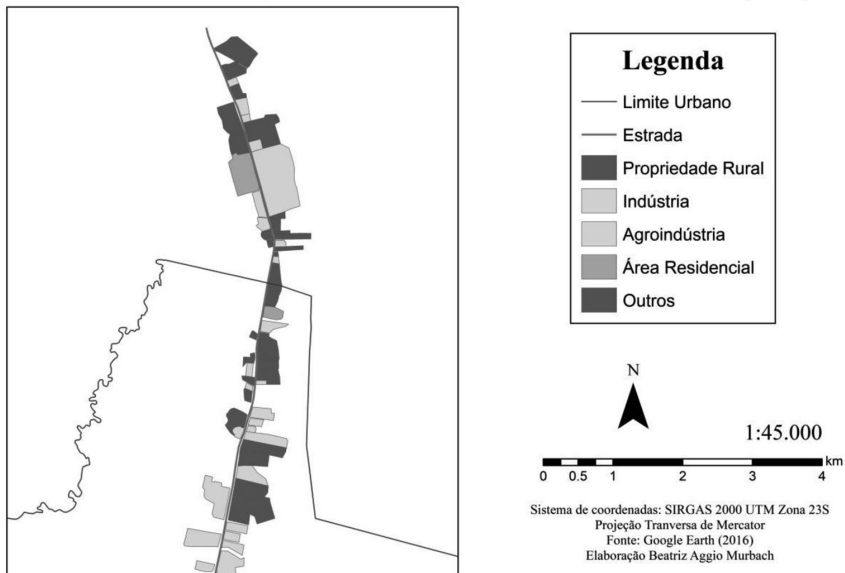


Figura 4 - Uso da Margem: Estrada Nicolau Marotti de Rio Claro (2016)
 Elaboração: MURBACH, B.A. 2017

CONSERVAÇÃO DA ÁGUA EM PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO/SP

Para situarmos a discussão sobre a função e a aplicação do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), faz-se necessária uma contextualização dos motivos e momentos históricos em que a preocupação com o meio ambiente surge, não apenas no Brasil, mas no mundo. Para atrair mais aliados à sua orientação política e econômica, os Estados Unidos lançam, durante o início do período conhecido como Guerra Fria, a Revolução Verde, um movimento que tinha como bandeira a modernização da agricultura com o intuito de liquidar o problema de abastecimento de alimentos no mundo, uma vez que a quantidade produzida seria maior. Para ROSA (1998):

apresentada como modelo para a solução do problema da fome mundial, a Revolução Verde visava o aumento substancial da produção de alimentos, baseando-se no uso intensivo de insumos químicos, sementes melhoradas (VAPS) [Variedade de Alta Produtividade] e mecanização das lavouras [...]. Contudo, o principal fator determinante da rápida expansão da modernização foi o crédito subsidiado oferecido aos médios e grandes estabelecimentos rurais para a compra de insumos e máquinas. (ROSA, 1998, p. 19)

Por tanto, a modernização da agricultura e seus produtos (maquinários, insumos, sementes modificadas) não atingiram todos os agricultores, excluindo aqueles que não possuíam capital suficiente para investirem nesse tipo de produção altamente seletiva e predatória. Problemas ambientais surgiram como consequências dessa revolução, como a contaminação dos recursos hídricos e pedológicos a partir do uso intensivo de maquinários pesados; uso de agrotóxicos e insumos químicos de curto prazo para a produção, prejudicial à longo prazo, resultando em devastação de grandes áreas com mata nativa; contaminação de águas e perda de nascentes; extinção de espécies da fauna e flora, bem como a própria contaminação do homem pelos agrotóxicos manuseados e consumidos.

Um dos maiores quocientes dessa modernização foi a independência do produtor sobre os fatores climáticos e naturais que poderiam abater sua produção: pragas e condições extremas de temperaturas, umidade e secas não mais seriam fatores determinantes para o sucesso na colheita. A produção passou a ser controlada pelo que podemos chamar de tempo industrial, que é regulado pelo fluxo de capital; portanto, a espera para colheita deve ser mínima e com elevados padrões de qualidade.

Tais fatores começaram a causar preocupação entre alguns órgãos mundiais, e, durante as décadas de 1980 e 1990, aconteceram encontros que buscavam disseminar as ideias de que a agricultura moderna é extremamente violenta à esfera social (junto aos trabalhadores, por exemplo); não atingiu os objetivos iniciais como acabar com o problema da fome no mundo, e acarretou problemas ambientais gravíssimos. Desses encontros (Eco 92, Rio+20, entre outros de menor porte), resultaram novas visões sobre as funções que as propriedades rurais e os pequenos produtores podem exercer para além da produção agrícola: a multifuncionalidade da propriedade rural, resignificando sua função, atribuindo-lhes características que, segundo Maluf (2003) podem ser de:

[...] reprodução socioeconômica das famílias rurais; promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade; manutenção do tecido cultural e social; preservação dos recursos naturais e da paisagem rural. (MALUF, 2003, p. 136)

Dessa forma, o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) surge como mais uma ferramenta que visa garantir a permanência do pequeno produtor na área rural, utilizando sua propriedade de diversas maneiras. Por definição, o PSA é para Wunder, (2005):

[...] uma transação voluntária, na qual, um serviço ambiental bem definido ou um uso da terra que possa assegurar este serviço, é adquirido por, pelo menos, um comprador de no mínimo, um provedor, sob a condição de que ele garanta a provisão do serviço (condicionalidade). (WUNDER, 2005 apud GUEDES; SEEHUSEN, 2011)

No Brasil, o PSA aparece durante a renovação do Código Florestal, com a Lei Nº 12.651, de 25 de Maio de 2012, na qual se elucida que o PSA só poderá ser atribuído aos pequenos produtores e agricultores familiares. No município de Rio Claro, as condições para que sua aplicação seja favorável se apresentam sob duas formas: as naturais, como o grande número de nascentes, resultando em 1447 afloramentos d'água (DIAGNÓSTICO AMBIENTAL, 2015); e as cruciais, sendo as atuais circunstâncias em que se encontram os estados de preservação e conservação das nascentes. Além disso, é importante ressaltar a presença de duas Áreas de Preservação Ambientais (APAs) presentes no município de Rio Claro: "Corumbataí-Botucatu-Tejupá – Perímetro Corumbataí" e "Piracicaba/Juquerí Mirim – ÁREA I"; além da presença da Floresta Estadual, denominada "Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade" – FEENA.

Dadas às condições legais e naturais existentes no município, a outra parcela envolvida na política de proteção foi ouvida: os pequenos produtores. Esses, em consulta realizada durante o ano de 2016, foram entrevistados a fim de conhecermos quais as suas percepções sobre o meio natural, sobre a preservação dos recursos hídricos e sobre o PSA (níveis de conhecimento e interesse sobre o assunto). As entrevistas foram realizadas junto aos expositores da Feira do Produtor.

Dessas entrevistas, foi possível realizar algumas conclusões iniciais sobre a proposta. Os produtores demonstraram um afeto sobre a natureza, alegando que a existência de áreas com mata nativa e proteção dos corpos hídricos ocorreria em suas propriedades mesmo que a legislação ambiental não as exigisse, ofertando alto valor à sua preservação. Os produtores também nos responderam que sua produção (hortaliças, frutas e legumes) causa baixo impacto no meio natural local.

Os produtores também demonstraram um posicionamento crítico à exigência em cumprimento das leis ambientais imposta a eles, enquanto os grandes proprietários e monocultores passam ilesos. Nesse ponto, relataram problemas com a pulverização aérea de agrotóxicos sobre as lavouras de cana de açúcar na região, que afetam sua produção de alimentos, concomitantemente à produção de alimentos orgânicos em algumas regiões do município. Os produtores também mencionaram problemas locais de alteração no clima, na paisagem e na fauna. Outro impacto sofrido por eles deriva da ação das mineradoras, que extraem argila, areia, basalto e calcário da região.

O medo no aumento da fiscalização sobre suas propriedades foi relatado, e os gastos com a manutenção das áreas protegidas também foi exposto. A maioria dos produtores deixaria a produção agrícola em prol da preservação ambiental, se ao menos o valor recebido para tal seja suficiente para manter sua família na propriedade, e sendo permitida a realização de tarefas, atividades e trabalhos que não causaríamos impactos no local.

Como resultados parciais, é possível observar que a aplicação do PSA no município de Rio Claro, no que tange aos pequenos produtores, seria viável e esse fato

possibilitaria uma maior conservação dos recursos hídricos que abastecem não somente o município, mas também as bacias dos rios Corumbataí, culminando no aumento do fluxo hídrico que chegaria a Bacia do rio Piracicaba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões obtidas até o momento permitem uma análise sintética sobre o espaço rural de Rio Claro. Os produtores rurais são parte importante da composição desse rural, representando-o culturalmente e politicamente, mostrando sua importância para que a construção desse meio seja feita não apenas pelos agentes administradores.

O rural de Rio Claro também sofre com conflitos de interesses entre os meios políticos e econômicos. É possível notar a pressão e disputa pelo espaço rural, sobre a produção de alimentos e a preservação das nascentes. As três abordagens apresentadas buscaram demonstrar diferentes formas de perceber o rural e do olhar sobre ele.

Ao mesmo tempo, temos a Feira do Produtor, que aparece como uma forma de escoar a produção e, ao mesmo tempo, demonstrar a importância da relação de proximidade entre o produtor e o consumidor. Já em outro aspecto é possível observar uma disputa pelo espaço rural em função da expansão industrial e urbana. Esses dois tópicos refletem, consequentemente, sobre o meio natural, sejam elas pelo aumento do uso dos recursos hídricos, ou pela devastação das áreas naturais.

Novas formas de fixação do homem do campo aparecem para além da produção agrícola voltada ao mercado convencional, como a feira de alimentos, e/ou pela preservação e resistência no campo. O retorno ao campo como lazer também é uma forma de ressignificação e valorização da paisagem rural. A multifuncionalidade permite que essas propostas coexistam e se concretizem no espaço e nas ações sobre ele.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRAS, C.; CALHEIROS, J. P.; ALVAREZ, L. **PROVE – Contributo para um Processo Territorial de Proximidade**. Quinta do Anjo/PT, 2009.
- CRISTÓVÃO, A.; TIBÉRIO, M. L. **“Comprar Fresco, Comprar Local”: Será que Temos Algo a Aprender com a Experiência Americana?** IN: MORENO, L.; SÁNCHEZ, M. M.; SIMÕES, O. (Org.) **Cultura, Inovação e Território**. Lisboa: SPER. 2009. p. 27-34.
- DIAGNÓSTICO AMBIENTAL. Disponível em: <http://www.rioclaro.sp.gov.br/pd/index.php>. Acesso em 01 de Março de 2016
- GIMÉNEZ, E. H.; SHATTUCK, A. **Food Crisis, Food Regimes and Food Movements: Rumbblings of Reform or Tides of Transformation?**. The Journal of Peasant Studies, v. 38, n.1. 2011. p. 109-144.
- GUEDES, F. B; SEEHUSEN, S. E. **Pagamentos por Serviços Ambientais na Mata atlântica: lições aprendidas e desafios**. 2ª edição. Fátima Becker Guedes e Susan Edda Seehusen (org.) Brasília, MMA, 2011.

MALUF, R. S. **A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira.** In: CARNEIRO, Maria J.; MALUF, Renato S. (Org). **Para Além da Produção: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar.** Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 135-152.

MENEZES, V. de P. L. **As Feiras-Livres em Fortaleza Retrato da Polissemia Urbana** - Mestrado Acadêmico em Geografia Universidade Estadual Do Ceará - Centro De Ciências E Tecnologias- Departamento De Geociências. 2005.

PIERRI, M. C. Q. M. **A Feira Livre como Canal de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar** - Projeto de Cooperação Técnica "Apoio às políticas e à participação social no desenvolvimento rural sustentável" - PCT IICA/MDA - NEAD. [200?].

POLIZEL, J. **Análise Socioeconômica da Comercialização da Produção dos Pequenos Produtores Agrícolas no Município de Rancho Alegre** - Universidade Estadual do Norte do Paraná Campus de Cornélio Procopio, 2012.

REDE RURAL. **CCA – Circuito curto agroalimentar.** Capturado de: <http://www.rederural.pt/index.php/pt/2013-10-30-12-05-36/o-que-e-um-cca/conceito-de-circuito-curto-agroalimentar-cca>, em 01 de jul. de 2015.

ROSA, A. V. **Agricultura e meio ambiente.** São Paulo: Atual, 1998.

SOROKIN, P. A .; ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C.J. **Diferenças Fundamentais entre o mundo rural e o urbano.** In: MARTINS, José de Souza. **Introdução crítica à sociologia rural.** São Paulo: Hucitec, 1981.

SILVA, J. F. G. **O novo rural brasileiro.** Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1999.

VALE, A. R. do **Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de Araraquara (SP).** 2005. *Tese (Doutorado em Geografia)* – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP. São Paulo, 214 p. 2015.